

TERRITORIALIDADES, RELAÇÕES CAMPO-CIDADE E RURALIDADES EM PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO TERRITORIAL E AUTONOMIA

TERRITORIALITÀ, RELAZIONE CAMPAGNA-CITTÀ E RURALIDADES IN PROCESSI DI TRASFORMAZIONE E AUTONOMIA TERRITORIALE

Marcos Aurelio Saquet

Grupo de Estudos Territoriais - GETERR/Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE
Pesquisador do CNPq
saquetmarcos@hotmail.com

Resumo

Neste texto, socializamos algumas das nossas reflexões teórico-metodológicas a partir da nossa prática cotidiana de pesquisa e extensão universitária. Tentamos esclarecer a nossa opção de abordagem territorial considerando as relações campo-cidade, os princípios basilares da agroecologia e algumas das características desta prática produtiva e de vida numa experiência localizada, destacando redes, territorialidades, ruralidades e a importância da partilha, da identidade e da organização política num movimento de desenvolvimento local com autonomia relativa.

Palavras-chave: Territorialidade. Cooperação. Organização política. Autonomia.

Riassunto

In questo testo, associamo alcune delle nostre riflessioni teoriche e metodologiche della nostra pratica quotidiana di ricerca e cooperazione universitaria. Cerchiamo di chiarire la nostra scelta sull'approccio territoriale considerando le relazioni campagna-città, i principi fondamentali della agroecologia e alcune delle caratteristiche di questa pratica produttiva e di vita in un'esperienza localizzata, evidenziando reti, territorialità, *ruralità* e l'importanza della condivisione, dell'identità e dell'organizzazione politica in un movimento di sviluppo locale con la relativa autonomia.

Parole-chiave: Territorialità. Cooperazione. Organizzazione politica. Autonomia.

Introdução

A construção deste texto ocorreu no contexto das discussões e reflexões efetivadas a partir da mesa redonda intitulada “*Territorialidades, ruralidades e relações*”

campo-cidade”, no XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, realizado em Uberlândia, entre os dias 15 e 19 de outubro de 2012, da qual participamos como um dos palestrantes. Assim, agradecemos imensamente, aos coordenadores do evento, a oportunidade de participar da referida mesa e, ao mesmo tempo, a todos que provocaram o debate naquela oportunidade. As questões nos instigam a pensar e rever, sempre que necessário, as posições e argumentações assumidas, bem como a explicar de maneira mais clara e didática o que pretendemos comunicar.

Do mesmo modo, é importante frisar que o conteúdo deste texto é resultado da nossa trajetória, envolvendo a pesquisa, o ensino e extensão, concretizados, sobretudo na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão. As atividades de extensão têm sido efetivadas no âmbito do Grupo de Estudos Territoriais (GETERR), portanto, trabalhando com colegas professores, parceiros, estudantes e estagiários. É um processo que consideramos dialógico e participativo, apesar das dificuldades iminentes a experiências desta natureza.

Assim, nesta oportunidade, destacamos o papel das territorialidades nas relações campo-cidade e cidade-campo, tentando elucidar como estamos compreendendo e trabalhando com a problemática do território-desenvolvimento numa perspectiva de abordagem territorial e atuação em processos de desenvolvimento local. Até o momento, em nossas pesquisas e reflexões, as noções de ruralidade e urbanidade têm um caráter subsidiário, sem uma discussão mais profunda. Por isso, para quem estiver interessado em aprofundar essa questão, remetemos aos estudos recentemente publicados em Sposito e Whitacker (2006) e Saquet, Suzuki e Marafon (2011), entre outros textos, como Candiotto e Corrêa (2008).

Para esta reflexão, acreditamos que é fundamental afirmar que entendemos as ruralidades e as urbanidades vinculadas à noção de territorialidades, ou seja, compostas por elementos e processos sociais e territoriais historicamente definidos, consoante tentaremos demonstrar ao longo do texto. Tanto a ruralidade quanto a urbanidade, portanto, tem um caráter social; a ruralidade é resultado das *ações* econômicas, políticas e culturais dos sujeitos de forma específica, distinta da vida urbana (MEDEIROS, 2011) e pode ser entendida como condição de vida sem descolamento do urbano (SAQUET, 2006); corresponde a um processo imanente ao campo, entendido como espaço complexo, híbrido e inserido em redes transescalares (MARAFON, 2011),

substantivado num movimento mais amplo de apropriação e transformação do espaço em território, conforme detalharemos na sequência. As territorialidades, portanto, acontecem entre o campo e a cidade, entre o rural e o urbano (SAQUET, 2006), contendo as ruralidades e as urbanidades.

A cidade e o campo são diferentes entre si e têm papéis díspares, porém, estão em *unicidade* e *complementaridade dialética* (SPOSITO, 2006). Conforme esta mesma autora há diferenciação social no campo e na cidade, descontinuidades e *unidade espacial* que contém o urbano e o rural “[...] superpostos, amalgamados e intrinsecamente relacionados (SPOSITO, p. 122). “A relação ‘urbanidade-ruralidade’ [...] não desaparece” (LEFEBVRE, 1991, p. 12). A articulação entre o rural e o urbano ocorre por meio das relações e das redes de circulação e comunicação, como mediadoras de um amplo processo de territorialização. No rural e no urbano, há distintas *formas* e *conteúdos* integrados, relacionados, complementando-se (LEFEBVRE, 1995/1969 e 1991). Há diversidade, heterogeneidade e unidade entre os espaços rural e urbano que, em Saquet (2006), denominamos de *articulação territorial*, a partir de importantes contribuições de autores como Bagnasco (1977) e Dematteis (1990a, 1990b e 1995). Também fomos bastante inspirados pela ideia da construção de um *paradigma de análise territorial* para interpretar as *variedades de situações concretas* que substantivam certa *formação territorial*, elaborada por Bagnasco (1978).

Além da problemática da relação campo-cidade, para nós, uma das questões centrais nesta oportunidade, é a do desenvolvimento territorial com autonomia, como um dos nossos objetos de estudo e como uma problemática na qual atuamos em alguns municípios do Sudoeste do Paraná. Esta problemática envolve, considerando nossa perspectiva de abordagem geográfica e atuação em projetos de desenvolvimento, as territorialidades, as relações campo-cidade, as ruralidades e as urbanidades que trabalharemos, neste texto, a partir de uma experiência de cooperação/extensão realizada com camponeses agroecológicos. Para esta reflexão, temos como principal referência a concretização do projeto *Agricultura familiar agroecológica nos municípios de Verê, Itapejara d’Oeste e Salto do Lontra (Sudoeste do Paraná), como estratégia de inclusão social e desenvolvimento territorial*, financiado por meio do Programa Universidade Sem Fronteiras (USF), da Secretaria de Estado da Ciência,

Tecnologia e Ensino Superior (SETI-PR) e da Fundação Araucária, entre 2009 e 2011. O objetivo principal, neste projeto, foi compreender as características da produção agroecológica de alimentos e participar sistematicamente da sua qualificação, contribuindo na geração de emprego e/ou melhoria da renda familiar com inclusão social. A equipe de trabalho foi formada por docentes, discentes (bolsistas) e parceiros dos movimentos sociais de modo a compor um grupo interdisciplinar (SAQUET, SOUZA e SANTOS, 2010; SAQUET, GAIOVICZ, MEIRA E SOUZA, 2012).

Estamos denominando a concepção adotada de Geografia *pluridimensional* (DANSERO; ZOBEL, 2007; DANSERO, 2008) voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial, dialógico e participativo, valorizando a autonomia, a criatividade, a preservação do ambiente, as identidades, o conhecimento popular etc., num movimento contrário à reprodução ampliada do capital (SAQUET, 2011a, 2011b e 2011c; SAQUET, DANSERO E CANDIOTTO, 2012). Trata-se de uma concepção histórico-crítica, reticular/relacional (i)material que reconhece e considera efetivamente as relações sociedade-natureza destacando princípios do materialismo histórico e dialético (SAQUET, 2007 e 2011). Nossos conceitos principais são os de território e tempo, sem desconsiderar o espaço, a paisagem, a região e o lugar. Este último, considerando a temática que ora tratamos, também assume centralidade, tanto como conceito que orienta a interpretação geográfica quanto como espaço de vida e organização política voltada para o desenvolvimento, conforme detalharemos na parte final deste texto.

Para nossa atuação no ensino, na pesquisa e na extensão/cooperação, temos alguns pressupostos fundamentais, destacados a seguir: a) a aspiração à justiça social e ao bem estar do povo está sempre presente, aliás, justiça já desejada, por exemplo, por Elisèe Reclus, juntamente com a valorização do homem como sujeito político numa *práxis* em favor da autonomia e da transformação social (MARX, 1991; VAZQUEZ, 1990 [1977]; FREIRE, 2011 [1974] e 2011 [1996]). Trata-se de um processo continuado de pesquisa, formação e cooperação voltado para o desenvolvimento por meio de uma *práxis* transformadora (necessariamente dialógica, crítica e reflexiva) para satisfazer as necessidades das pessoas e conquistar o máximo possível de autonomia (DEMATTEIS, 1985, 1994, 1995, 1999 e 2001; MAGNAGHI, 2000 e 2009; DEMATTEIS e GOVERNA, 2003 e 2005; GOVERNA, 2001; SAQUET e SPOSITO, 2008;

RAFFESTIN, 1993 [1980]); b) os processos de desenvolvimento são orientados e objetivados com base em princípios como participação, discussão, cooperação, produção de alimentos saudáveis, distribuição de renda e preservação ambiental.

Reconhecemos que há uma *dialética da autonomia* (TURCO, 1988). Esta está vinculada à complexidade de possibilidades e de criações/invenções pluridimensionais. A participação constitui-se numa construção social e, assim como a autonomia e a territorialidade, é historicamente efetivada como uma *problemática relacional* (RAFFESTIN, 1993 [1980]). A *livre ação* é uma *problemática relacional, processual* (TURCO, 1988) e contraditória. A autonomia e a participação social não requerem, evidentemente, a redução da complexidade, da diversidade e da conflitualidade. Os conflitos e as lutas estão aí, presentes, latentes, de maneira organizada e/ou espontânea, mesmo em processos de coesão, identidade e de ação coletiva. Na territorialização, os sujeitos *produzem o território, usam-no ativando relações* (TURCO, 1988) com outros sujeitos e com o próprio território. Assim, existem *territorializações heterocentradas e autocentradas*, gerando distintos territórios (TURCO, 1988 e 2010), conforme detalharemos mais adiante, a partir das territorialidades entendidas principalmente como relações sociais (RAFFESTIN, 1977, 1993 [1980] e 2003).

Os sujeitos são múltiplos e o território é resultado e condição, simultaneamente, das relações sociedade-natureza. Para nós, o território tem algumas características epistemológicas e ontológicas fundamentais: a) é *apropriado e dominado* no processo de valorização do capital, tem um conteúdo político e econômico envolvendo *pontos*, *redes* e *malhas* (INDOVINA; CALABI, 1974); b) é *apropriado e produzido* em diferentes níveis escalares (MAGNAGHI, 1976; DEMATTEIS, 1985). É relacional e reticular (*trans-escalar*) substantivando uma *geografia reticular* (DEMATTEIS, 1985 e 1990; Turco, 1988 e 2010) ou uma complexa *trama territorial trans e multiescalar* (DEMATTEIS, 1985 e 2001) ou, ainda, relações *trans-territoriais* (CAMAGNI, 1993 e 1997; CAMAGNI; SALONE, 1993) que significam interações *horizontais* e *verticais* (DEMATTEIS, 1964 e 1970) existentes, por exemplo, entre a cidade-urbano e o campo-rural; c) é *produzido* por meio das territorialidades, significa um processo histórico e social centrado nas relações de poder, nas redes (nós e malhas) e nas identidades culturais (RAFFESTIN, 1977, 1993 [1980], 1986, 2003, 2005 e 2009; CAMAGNI, 1990 e 1993; CAMAGNI; SALONE, 1993; SAQUET, 2003 [2001], 2007, 2009, 2011a

e 2011b). Sucintamente, o território é construído socialmente com os significados concretos das *gentes* em seus locais de vida (QUAINI, 1978; SERENI, 1979; GAMBI, 1986; MAGNAGHI, 2003 e 2011; SAQUET, 2011).

Os territórios de identidade, por exemplo, juntamente com as relações campo-cidade e as ruralidades, precisam ser entendidos como *campos de poder* (RAFFESTIN, 1993 [1980]), com contradições e conflitos, com traços comuns e heterogeneidade, temporalidades e territorialidades, cooperação e disputa (SAQUET, 2003 [2001], 2007, 2011a e 2011b). No território, há sociedade e natureza em unidade dada pelos diversos *mediadores* (TURCO, 1988 e 2010; RAFFESTIN, 1993 [1980] e 2009; DEMATTEIS, 1985 e 2001), tais como a ideologia, as técnicas, a tecnologia, o trabalho, o Estado, as instituições da sociedade civil, as ONGs etc., enfim, pelas práticas espaciotemporais que estão na base do processo de territorialização com continuidades (permanências) e descontinuidades (rupturas) simultâneas (SAQUET, 2011a).

Na realidade, existem territórios concomitantes e superpostos, consoante argumenta Magnaghi (2003) e demonstramos empírica e reflexivamente em Saquet (2003 [2001]) a partir da ideia dos tempos e dos territórios, ou seja, da coexistência de desigualdades e diferenças (heterogeneidades). Trabalhamos melhor esta perspectiva em Saquet (2007, 2009, 2011a e 2011b), ampliando-a para a relação território-rede-lugar ou área-rede-lugar.

Há, de maneira geral, um *modo de produção do território* (MAGNAGHI, 2000), diversificado e contraditório, complexo, que se objetiva-subjetiva de distintas maneiras, com temporalidades, desigualdades, diferenças e territorialidades. Alguns sujeitos degradam mais, por exemplo, outros menos. Na concepção com a qual trabalhamos em sintonia com Magnaghi (2000), degradar o ambiente significa degradar o território e vice-versa. Por isso é fundamental a amplitude do conceito de território, numa abordagem e concepção pluridimensional, considerando-se necessariamente os fatores e processos econômicos, políticos, culturais e naturais. Este conjunto de elementos e características precisa ser levado em consideração em nossos estudos e projetos de desenvolvimento local, pois substantivam um *patrimônio territorial* (MAGNAGHI, 2000 e 2003) que é nosso.

Os princípios basilares da agroecologia

O camponês agroecológico é um sujeito social, histórico, trabalha e vive sob princípios sociais específicos e vinculados à relação cotidiana que mantém com a terra. A produção agroecológica não é uma questão somente econômica e tecnológica. É *multidimensional*, portanto, também ecológica, cultural e política (ALTIERI, 1998). Compreensão que vem ao encontro de nossa opção teórico-metodológica segundo a abordagem anteriormente mencionada.

Alguns dos princípios mais importantes da agroecologia são: a) ampliação e preservação da biodiversidade; b) aproveitamento de sinergismos próprios dos componentes biológicos e dos recursos de cada unidade produtiva, trabalhando com o controle biológico de pragas; c) recuperação do solo degradado e sua proteção com manejo adequado que garanta matéria orgânica para nutrição das plantas; d) produção de alimentos sem a utilização de insumos químicos; e) contribuição para a conservação das águas, das plantas e dos animais; f) aumento da capacidade de *uso múltiplo do território* (ALTIERI, 1998) com o favorecimento da diversificação da produção e com as agroflorestas; g) *reciclagem* de nutrientes e da matéria orgânica; h) preservação das identidades culturais, valorizando o conhecimento dos agricultores, sua participação nos processos decisórios e favorecendo o uso eficaz dos recursos de cada unidade produtiva; i) tentativa de fortalecer a comercialização direta com o consumidor em mercados locais (ALTIERI, 1998 e 2012 [2002]; GLIESSMAN, 2000; ARRIEL SAQUET et al, 2005).

Sucintamente, na agroecologia, tenta-se diminuir a dependência de insumos químicos e de energia externos à unidade produtiva, utilizando técnicas de manejo adequadas que não degradem o ambiente, aumentando a eficiência biológica (ALTIERI, 1998; GLIESSMAN, 2000), construindo as bases de uma agricultura centrada em outro padrão técnico e tecnológico de produção e de vida, que preserve a natureza e seja culturalmente adaptado e economicamente viável (ALTIERI, 2012 [2002]).

Estamos entendendo essas características como inerentes à *cultura camponesa* (THOMPSON, 1998), na qual o *território de referência* (RAFFESTIN, 2003) exerce um papel fundamental na reprodução *modo de vida camponês* (MARTINS, 1973; THOMPSON, 1998; SHANIN, 2008; MARQUES, 2008), reproduzindo-se práticas, saberes, conhecimentos, técnicas, valores, memória, identidade e inovações. Nesta

perspectiva, os territórios de identidade camponesa são entendidos como *territórios de produção, existência, vida, luta e resistência* (THOMPSON, 1998; MARQUES, 2004; FERNANDES, 1996) e são definidos em cada relação espaço-tempo-território, como ocorre na produção agroecológica nos três municípios mencionados na Introdução.

Assim, mais do que relações sociais e demarcações espaciais, a territorialidade significa organização, participação e atuação política processual e dialógica numa práxis que precisa ser construída reconhecendo-se as diferenças, as desigualdades, as identidades, as necessidades das pessoas, os anseios, os sonhos, os objetivos de cada sujeito, de cada família, enfim, a heterogeneidade dos tempos, dos territórios, das temporalidades (ritmos), das territorialidades e a conquista de autonomia no processo decisório.

A produção agroecológica de alimentos e as atividades do nosso projeto de cooperação

Sucintamente, destacam-se as seguintes características da produção agroecológica nos municípios de Verê, Itapejara d'Oeste e Salto do Lontra: a) predomínio de pequenos estabelecimentos rurais; b) predomínio de cultivos diversificados realizados com o trabalho familiar, especialmente da produção de frutas e hortaliças, com ou ainda sem (em processo de transição) certificação da Rede ECOVIDA; c) comercialização feita em mercados locais; d) reprodução de relações de cooperação com os vizinhos e parentes; e) organização política viabilizada por meio das associações e cooperativas, numa tentativa de resistência, no caso em questão, à expansão da produção agrícola com base em insumos químicos; f) preservação da biodiversidade por meio das áreas de proteção permanente e dos cultivos diversificados (para detalhamento, ver SAQUET, GAIOVICZ, MEIRA e SOUZA, 2012).

Nessa produção, os principais limites identificados são: envelhecimento da população rural, fato que resulta na falta força de trabalho; aumento da população masculina e do êxodo rural; carência de técnicas e tecnologias específicas para a agroecologia; embora o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tenha se revelado importante, faltam outras políticas públicas específicas com investimentos substantivos no processo produtivo e na formação voltada para a agroecologia; burocratização dos financiamentos; sazonalidade da produção, o que restringe a mesma em determinados

meses do ano; perdas na pós-colheita; dificuldades para certificar; mercado consumidor ainda incipiente, especialmente quando se trata de cobrar o valor justo pela produção que, normalmente, é considerado alto pelo público em geral quando há comparação com os produtos convencionais.

Assim, no projeto em questão, citado na Introdução, experiência que envolveu a pesquisa e nossa atuação direta com os agricultores agroecológicos dos municípios supracitados, as principais atividades realizadas foram: a) reuniões das pessoas interessadas para construir o projeto; b) reuniões da equipe de trabalho para debater e definir as atividades que seriam realizadas; c) reuniões com as diretorias das associações de produtores agroecológicos; d) reuniões com as representações das entidades de cada município envolvidas com a agroecologia para apresentar e discutir o projeto estabelecendo parcerias e tentando criar espaços de diálogos; e) identificação e localização dos agricultores agroecológicos de cada município; realização dos primeiros contatos; apresentação do projeto; aplicação dos questionários, tabulações e análises feitas pela equipe do projeto; discussão das dificuldades e dos limites da produção-comercialização; definição das prioridades para as ações futuras; f) entrega e discussão do relatório/diagnóstico feito às entidades e aos agricultores de cada município; g) realização das tarefas/ações/cooperações que tinham sido definidas e planejadas com os agricultores, com nossa participação, tentando contribuir para fortalecer a organização política e a gestão com autonomia; h) mapeamento das unidades produtivas agroecológicas dos territórios camponeses por meio da elaboração dos mapas temáticos de cada município; i) redação, publicação e entrega da cartilha informativa, consoante pode ser verificado em SAQUET et al. (2010a), com o objetivo de contribuir para divulgar a produção das famílias de Verê, Salto do Lontra e Itapejara d'Oeste; j) acompanhamento das ações realizadas; k) realização dos cursos de capacitação em parceria com o CAPA - Verê e com a UTFPR - Dois Vizinhos: *Manejo de solo e água; Manejo e cultivo de frutíferas; Pós-colheita e rotulagem*, todos voltados para os/as agricultores/as, técnicos e lideranças das entidades parceiras do projeto; l) reorganização da feira de Salto do Lontra (SAQUET et al., 2010a e 2010b; SAQUET, SOUZA e SANTOS, 2010; SAQUET, GAIOVICZ, MEIRA e SOUZA, 2012).

As principais instituições envolvidas com a produção agroecológica (Estado, ONGs, associações e empresas) são: Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural

(ASSESOAR); Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA - Verê); Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada (COOPAFI); Associação de Produtores Agroecológicos de Verê, PR (APAV); Associação dos Produtores de Vinho de Verê (APROVIVE); Prefeituras Municipais de Salto do Lontra, Itapejara e Verê; Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); Rede ECOVIDA de Agroecologia; Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR).

Algumas delas se territorializam de maneira *heterocentrada*, ou seja, com base em lógicas externas, de influência exógena, escapando às características locais (TURCO, 1988 e 2010), como ocorre com as empresas TOZAN e AGRORGÂNICA; outras, de maneira *autocentrada*, sem harmonia, mas *governadas* por *atores* ou grupos locais (TURCO, 1988 e 2010), tais como ASSESOAR, COOPAFI, CAPA - Verê, APAV, Rede ECOVIDA e APROVIVE. Estas instituições formam, material e imaterialmente, distintas territorializações, temporalidades, territorialidades, enfim, diferentes territórios onde há identidades, parcerias, associações, cooperações, contradições, poderes e disputas. A organização e a atuação dessas instituições no âmbito local podem ser compreendidas num movimento mais amplo de desterritorialização e reterritorialização, com o significado trabalhado por Raffestin (1984) e Saquet (2003 [2001]). No caso das *autocentradas* há, sucintamente, sinais de um processo de produção de *inteligência territorial* (TURCO, 1988) da *sociedade local* (MARTINS, 1973; TURCO, 1988; BAGNASCO, 1999; MAGNAGHI, 2000) a partir da *comunidade territorialmente identificada* (STORPER, 2003).

Algumas redes e territorialidades-ruralidades identificadas

Na produção agroecológica de alimentos supracitada, alguns aspectos culturais das famílias se destacam: ascendências européias: poloneses, italianos e alemães; religiosidade: católicos e luteranos; festas comunitárias; organização política por meio das associações e cooperativas; reprodução do conhecimento e de práticas (produtivas e de vida) de geração em geração, entendidas como heranças culturais; trabalho familiar e relações de cooperação (mutirões e troca de dias de trabalho), entre outras.

Evidentemente, essas relações e processos ocorrem em nível de estabelecimento e entre o campo e a cidade, formando distintas redes, a partir da concretização, por

exemplo, da feira de comercialização na cidade de Salto do Lontra; da venda da produção feita pela APAV na cidade de Verê; da aquisição de insumos para produzir; das atividades técnicas do CAPA (localizado na cidade de Verê e com atuação no espaço rural); das atividades de transformação e comercialização da APROVIVE; da participação dos agricultores nas redes da CRESOL e do STR; da participação na Rede ECOVIDA de Agroecologia; da comercialização efetivada no Mercado do Produtor localizado na cidade de Itapejara d'Oeste; da venda em algumas unidades produtivas de cada município; da comercialização por meio de supermercados de Francisco Beltrão e Curitiba; da aquisição do que não produzem para sobreviver, tais como roupas, sal, ferramentas, eletrodomésticos, instrumentos de trabalho etc. As territorialidades e redes são efetivadas nos níveis *intra-familiares*, *intra-comunitários*, entre as instituições e, obviamente, no mercado, envolvendo relações *bio-sociais* e *multi-laterais* (RAFFESTIN, 1977) entre distintos sujeitos, espaços, territórios e lugares.

Como podemos perceber, há coexistência de ruralidades e urbanidades nas famílias rurais estudadas e com as quais trabalhamos que, por sua vez, significam territorialidades que fazem parte da *cultura camponesa* e, ao mesmo tempo, conflitos, contradições, luta de classes (relações de poder: alteridade e exterioridade) e disputas territoriais (RAFFESTIN, 1977 e 1993 [1980]; DEMATTEIS, 2001; THOMPSON, 1998; DEMATTEIS; GOVERNA, 2005; SAQUET, 2007 e 2011a).

Na territorialização, mediada pelas territorialidades, técnicas e tecnologias, a cooperação, a autonomia e o diálogo entre os sujeitos são estabelecidos no curso de cada experiência de desenvolvimento, embora conflituosa e contraditória, com luta, simetrias e assimetrias inerentes à vida em sociedade, conforme verificamos nas famílias e instituições estudadas. São processos inerentes à *territorialidade ativa* (DEMATTEIS, 2001) entendida como práxis de transformação social e territorial em favor da preservação do ambiente, dos saberes populares, da autonomia decisória etc.

Há, portanto, nesta perspectiva de abordagem e atuação, mobilização, organização, formação e luta política vinculada à reprodução camponesa que, ao mesmo tempo, apesar da inserção no mercado, significa resistência à racionalização (ampliada) do capital consubstanciando um conflito de classes, entre mercado e *cultura camponesa* num '*campo de força*' social e numa disputa territorial (THOMPSON, 1998), conforme indicamos anteriormente.

A experiência do projeto supracitado, portanto, foi uma tentativa de trabalhar orientados por essa concepção de territorialidade. Para tanto, as parcerias firmadas com ASSESOAR, CAPA-Verê, APAV, COOPAFI, STR, Rede ECOVIDA, Prefeituras Municipais, Universidade de Turim e UTFPR (Dois Vizinhos) foram fundamentais, pois ampliaram as possibilidades de interpretação e atuação, especialmente a partir dos cursos de formação técnica ministrados. Assim, apesar das dificuldades, conseguimos formar e trabalhar numa equipe com geógrafos, um sociólogo, agrônomos, um economista, estudantes de graduação e recém-formados.

Verificamos empiricamente que a partilha e formação do conhecimento precisa ocorrer no território-lugar, na vida cotidiana a partir das relações próximas de cooperação e identidade. A partilha, a socialização e a formação são processos interativos que requerem acompanhamento constante e avaliação, além da redefinição, quando necessário, dos objetivos e procedimentos utilizados, valorizando os conhecimentos dos moradores e fortalecendo as relações de confiança e a afetividade.

Uma síntese em construção: o território-lugar e a *partilha territorial*

É necessário, evidentemente, ir além da participação dos sujeitos em reuniões, criando novas territorialidades e reordenando o poder, enfim, um *novo território*, com relações mais simétricas (cooperação, confiança, solidariedade...), menos alienação e subordinação, com autonomia, preservação do ambiente e produção de alimentos agroecológicos, por exemplo. Por isso, é central entender a territorialidade como práxis de transformação territorial e do lugar, numa concepção ainda mais ampla daquela que trabalhamos em Saquet (2011a), quando produzimos a síntese da territorialidade entendida como práticas espaciotemporais. A noção de territorialidade, conforme trabalhou Governa (2001) e consoante argumentamos em Saquet (2011a) e nesta oportunidade, pode significar uma mudança de paradigma na interpretação geográfica e uma orientação fundamental para nossa atuação em projetos de desenvolvimento local a partir dos princípios já mencionados.

Enfim, esta geografia da territorialidade é necessária para compreender os protestos, as revoltas que se manifestam em todos os lugares [...] cuja origem é, freqüentemente, a existência de relações assimétricas [...] que se tornam insuportáveis. (RAFFESTIN, 1977, p. 133).

Para tanto, a conjugação conceitual *território-lugar* (SALVATORI, 2003; SAQUET, 2011a) é fundamental, articulando características que, epistemológica e ontologicamente, são distintas. O território-lugar corresponde ao espaço-tempo onde o povo vive, sente, percebe, reconhece, anda, aspira, sofre, interage (local e extralocalmente; social e social-naturalmente), reconhece, luta, resiste, degrada, preserva, é extorquido, explorado, subordinado etc., reflexão que estamos fazendo considerando aspectos das concepções e argumentações de Raffestin (1977, 1993 [1980], 1986, 2003, 2005 e 2009), Magnaghi (1976, 1990, 2000, 2003, 2009 e 2011), Dematteis (1985, 1994, 1995, 1999 e 2001), Carlos (1996), Santos (1996), Governa (2001), Turri (2002), Levy (2003), Camagni (1993 e 1997), Quaini (2004, 2006 e 2010), Rullani (1997 e 2009), Rullani, Micelli e Di Maria (2000) e Giorda (2011). Assim, o território e o lugar contêm relações sociais e relações sociedade-natureza; conexões e redes; enfim, vida, além da produção econômica, natureza, apropriação, mudanças, mobilidade, identidade e patrimônio cultural (DEMATTEIS; GOVERNA, 2005).

Na tentativa de qualificar nossa reflexão, é importante retomar a discussão feita por Carlos (1996) sobre o lugar a partir da ideia de uma *parcela do espaço* onde se vive, habita, consome, usa e apropria; significa *articulação* entre o mundial e o local: “o lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela *tríade habitante-identidade-lugar*” (CARLOS, 1996, p. 20; grifo no original). O corpo do habitante tem centralidade no arranjo social construído para viver na rua, no bairro, na cidade. O lugar é o local onde as pessoas se reconhecem e se identificam, trabalham, percorrem e passeiam cotidianamente; espaço usado e apropriado também em situações conflituosas e de articulação em rede (CARLOS, 1993 e 1996).

Assim, há uma *rede de lugares*: “O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar de vida” (CARLOS, 1996, p. 29). Há elementos fundamentais, evidentemente, nessa concepção, tais como identidade, pertencimento, relações sociais, redes, sentidos, história e natureza, numa ampla concepção do conceito de lugar que, por sinal, possibilita-nos refletir sobre aspectos que nos interessam, por exemplo, sobre identidade cultural, conflitualidade e sobre as relações sociedade-natureza.

Outra contribuição importante de Carlos (1996) para a reflexão que estamos fazendo é o entendimento da cidade como um território, pois é uma das maneiras para relacionar o lugar com o território: o *território da cidade*, no dizer da autora, contém áreas fragmentadas na tendente homogeneização do espaço urbano, com distintas formas de apropriação, troca e rentabilidade. Há uma nítida preocupação também com os processos econômicos, ampliando, a partir da ideia de apropriação da cidade, a concepção de lugar. Sua ênfase, portanto, é para os processos culturais-identitários e econômicos; o lugar, sucintamente, corresponde a uma área apropriada e vivida com limites e características específicas, com relações e práticas que geram identidades culturais e *lugares na cidade*; os lugares, ao mesmo tempo, estão articulados a outros lugares por meio de redes globais, especialmente a partir da vida nas metrópoles.

Por fim, outra noção trabalhada pela autora que nos interessa, são os distintos sentidos assumidos pela rua, ora como *território de domínio*, por exemplo, de gangues, ora como espaço de reivindicação e de lutas sociais (CARLOS, 1993 e 1996). É uma das possibilidades que temos para ampliar a concepção de lugar e de identidade, pensando-os de maneira pluridimensional, ou seja, como processos, relações e fatores econômicos, políticos e culturais, consoante trabalhamos em Saquet (2003 [2001]), reflexão que fizemos, naquela oportunidade, a partir de Santos (1996), Carlos (1996) e Rullani (1997).

Outra reflexão importante, embora bem mais recente, é feita por Turco (2010), entendendo o lugar, juntamente com o ambiente e com a paisagem, como *configurações da territorialidade do mundo*. É uma maneira que ele encontrou para ligar território, lugar e paisagem. O lugar é resultante, assim, de dinâmicas sociais e históricas que *individualizam o espaço*, como *locus* de vida, sentimentos, símbolos, violência, poder e ações sociais. Os lugares têm, portanto, *qualidades territoriais* (TURCO, 2010). A territorialização e as territorialidades geram os lugares como uma das suas *configurações* históricas.

Outros subsídios muito coerentes e valiosos para nossa argumentação são oferecidos por Rullani, Micelli e Di Maria (2000), a partir de uma concepção plural de lugar, considerando os processos econômicos, políticos e culturais, consoante também argumentamos em Saquet (2006). O lugar é resultante das relações de pertencimento e comunicativas, porém, ao mesmo tempo, de diversos componentes sociais, produtivos e

institucionais, onde se sobrepõem necessidades e desejos, estilos de vida, circulação de pessoas, mercadorias e informações, formando redes em diferentes escalas. Os lugares significam redes de ligações pessoais, cognitivas e produtivas: há relações *diretas* e *virtuais*, demarcações e *redes de empresas e cidades* organizadas de forma *reticular* (CAMAGNI, 1990 e 1993; CAMAGNI; SALONE, 1993; CAMAGNI; GIBELLI, 1993; DEMATTEIS, 1990a; RULLANI, MICELLI e DI MARIA, 2000) por meio, evidentemente, de *redes complementares*, de *sinergia* e de *inovação* (CAMAGNI, 1993; CAMAGNI e SALONE, 1993; RULLANI, MICELLI e DI MARIA, 2000; SAQUET, 2006).

Desse modo, um dos aspectos basilares dos lugares, na perspectiva que estamos aludindo, é entendê-los como espaços de mobilidade, redes e fluxos, tradições e inovações, articulados entre si formando territórios (LEVY, 2003; BRUNET, 2003). As redes e os fluxos também foram evidenciados por Santos (1996) como uma das características fundamentais do lugar, juntamente com a mobilidade e os encontros, a cooperação e o conflito, a criação e a paixão.

Lugar e território se relacionam mutuamente, no nível do pensamento e da realidade, um está no outro, interagem no nível do pensamento e da realidade. Estão em íntima relação com o espaço, com a paisagem e com a região. Lugar e território têm significados distintos, porém, não estão descolados um do outro, do mesmo modo que há unidade dialética entre espaço e território (SAQUET, 2005, 2009 e 2011a). Num lugar pode haver territórios e num território podem existir lugares: isto pode acontecer em diferentes âmbitos escalares, da rua, do bairro, da comunidade rural, passando pelo município, pela cidade, pelo Estado, país, até os níveis internacional e global. São processos trans-multiescalares, conforme já mencionamos, que envolvem poder, redes, natureza e identidade. Esta última, por exemplo, é característica fundamental do lugar e do território; já as relações de poder, costumeiramente, são utilizadas como centrais na formação do território, mas também podem ocorrer no lugar. A natureza também está presente tanto no lugar quanto no território, assim como as redes, porém, no território, predominam relações poder, apropriação, controle, gestão, degradação e exploração. Comumente, no lugar, a relação sociedade-natureza assume mais o sentido da percepção, da preservação, do cuidado, do romance, da estética. Depende da concepção com a qual trabalhamos: normalmente, o lugar contém significados mais afetivos,

simbólicos e culturais, vinculados ao reconhecimento e ao pertencimento e, o território, mais conflitivos, de disputa, apropriação, influência, ordem, no entanto, na realidade em que vivemos, não há uma separação entre estes aspectos e processos. Nós vivemos múltiplas relações, sensações, sentimentos e processos todos os dias. Nós somos, estamos, vivemos e construímos o lugar e o território ao mesmo tempo sem se descolar do espaço.

Território e lugar também se completam e enriquecem metodologicamente e ambos acontecem com base na relação espaço-tempo. No lugar há territorialidades e temporalidades, objetivando-se constantemente aquelas *qualidades territoriais* das quais nos fala Angelo Turco; no território, há lugares, ritmos, relações, edificações infraestruturais etc. Os significados é que são diferentes nas leituras e interpretações que fazemos acadêmica e cientificamente. Sucintamente, há interações naturais e sociais-naturais-espirituais no território que está em relação de unidade com o lugar, gerando conhecimentos e experiências em cada relação espaço-tempo.

Há, no lugar-território, cooperação e troca, luta e concorrência, encontro e desencontro, inovação tecnológica e identidade cultural, apropriação e controle, oportunidade e exclusão, poder e rede, mercadorias e instituições. É um processo contraditório que envolve outros lugares e territórios articulados de maneira reticular. Há proximidade e distanciamento (LEFEBVRE, 1991), relações urbanas, relações rurais e relações urbano-rurais, por exemplo, que se territorializam constantemente (SAQUET, 2006). Mudanças/descontinuidades e permanências/continuidades coexistem plasmando especificidades e universalidades, heterogeneidades e identidades com conhecimentos e experiências reproduzidas juntamente com inovações tecnológicas e produtivas (RULLANI, MICELLI e DI MARIA, 2000; SAQUET, 2003 [2001]; MAGNAGHI, 2003) que se articulam em diversas escalas, desde o local até o global de maneira trans-multiescalar, substantivando um *espaço de relações* e diversidade (DEMATTEIS e FERLAINO, 2003) de *racionalidades diversas* (CAMAGNI, 1993).

Entre as redes, particularmente, interessam-nos as de sinergia, pois tendencialmente favorecem a colaboração, a partilha e a cooperação econômica, política e cultural, potencializando-se política e culturalmente a memória, o conhecimento popular, a identidade, as técnicas preservativas etc. As redes de partilha e cooperação podem significar *sinergias de desenvolvimento* (RULLANI, MICELLI e DI MARIA,

2000) produzindo energia a partir das contradições sociais (MAGNAGHI, 1995, 2000 e 2003) com autonomia: uma possibilidade é criar, por exemplo, *redes cívicas* (MEDIOLI, 1995; AIReC, 1998; RULLANI, MICELLI e DI MARIA, 2000; OCCELLI e LANZA, 2002) ligando pessoas, valorizando conhecimentos, facilitando o debate em nível local e extralocal, e contribuindo para fortalecer os princípios comunitários. Outra é a valorização e ativação de relações físicas, próximas, do tipo *face-to-face*, como ocorre no CAPA-Verê e na APAV. Ambas as possibilidades, porém, podem acontecer ao mesmo tempo, combinando processos virtuais e relações pessoais.

Essas organizações políticas, que chamamos de redes de cooperação, precisam servir para identificar, analisar, interpretar, valorizar e potencializar as experiências e os conhecimentos agroecológicos de cada território, contribuindo para incrementar a autonomia decisória dos sujeitos na relação com seus parceiros e/ou associados e/ou cooperados. As redes podem oportunizar o intercâmbio e a aprendizagem, ativando processos de desenvolvimento local (WENGER, 1998; RULLANI, MICELLI e DI MARIA, 2000; SAQUET, 2007 e 2011a). “Diante de um problema complexo que permanece, para definir a solução, é preciso mobilizar a inteligência dos homens e sobretudo sua capacidade de *partilhar* objetivos, riscos e conhecimentos necessários para tal” (RULLANI, MICELLI e DI MARIA, 2000, p. 41; tradução livre; grifo no original). É o que se denomina de *partilha territorial* feita por meio do *governo da complexidade* com autonomia (RULLANI, MICELLI e DI MARIA, 2000; MAGNAGHI, 2000).

Entendemos essa processualidade do desenvolvimento-autonomia nos termos trabalhados por Freire (2011 [1974] e 2011 [1996]), Raffestin (1993 [1980]), Magnaghi (2000), Dematteis (1985, 1994, 1995, 1999 e 2001), Dematteis e Governa (2003 e 2005), Governa (2001 e 2005) e Saquet e Sposito (2008), a partir de um processo continuado de pesquisa, formação e extensão/cooperação. As relações sociais substantivam-se como participação espontânea e/ou organizada na forma de práxis, consoante já aludimos, ou como mediação objetiva-subjetiva efetivada para satisfazer as necessidades e conquistar o máximo possível de autonomia num movimento permanente de desenvolvimento e valorização da *auto-organização* e do *autogoverno* (DEMATTEIS, 1985, 1994, 1995 e 2001; MAGNAGHI, 2000, 2009 e 2011).

Desse modo, o território é formado por edificações infraestruturais, sujeitos, relações sociais e relações sociedade-natureza que geram impactos, transformações, conhecimento tecnológico, científico e cultural, tradições, linguagens, instituições etc. que precisam ser, necessariamente, governadas considerando-se a diversidade (DEMATTEIS; FERLAINO, 2003), as desigualdades, as diferenças e as identidades (SAQUET, 2007 e 2011a).

Identidade e organização política para a práxis de transformação territorial com autonomia

A identidade significa um processo de se tornar similar, parecido, assemelhando-se com os outros; é construída através da projeção do trabalho no espaço, renovando-se constantemente, com mudanças e continuidades (RAFFESTIN, 2003; SAQUET, 2007). Portanto, há identidades que se sustentam na heterogeneidade, nas territorialidades e nas temporalidades em cada relação espaço-tempo-território, consoante demonstramos em SAQUET (2003 [2001]), que estão presentes nos territórios-lugares. A relação espaço-tempo-território como orientação é, portanto, uma opção teórica para a compreensão de fatos e processos geográficos em sua pluridimensionalidade.

As identidades não desaparecem totalmente, reproduzem-se material e imaterialmente: são construídas, desconstruídas e reconstruídas historicamente no processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (RAFFESTIN, 1984 e 2003; HAESBAERT, 1997; SAQUET, 2003 [2001] e 2007). Esse processo pode ser denominado de *renovação da identidade* (RULLANI, MICELLI e DI MARIA, 2000). Trata-se de uma problemática histórica e relacional, consoante também nos orienta Raffestin (1978, 1984 e 2003).

Assumimos, portanto, uma compreensão ampla de identidade, conforme mencionamos em Saquet (2007), como produto histórico, relacional e condição para o desenvolvimento. A identidade significa *unidade dialética* (relacional) e *saltos quantitativos* e *qualitativos* (processuais) nos termos indicados por Lefebvre (1995 [1969]), envolvendo pessoas e relações econômicas, culturais e políticas sem descolamento da natureza, do lugar e do território.

A identidade envolve relações afetivas e de pertencimento, processos culturais; até a agricultura local, reproduzida historicamente, constitui um elemento identitário

(MAGNAGHI, 2000), porém, não é somente isto. “As ‘memórias’ são, ao mesmo tempo, elementos da ação de hoje e de amanhã” (BRUNET, 2003, p. 68; grifo no original; tradução livre). A memória está na identidade e esta está presente na organização política realizada, normalmente, a partir das diferenças e dos conflitos sociais, conforme descrevemos em Saquet (2011a). A identidade também significa capacidade de *auto-organização* dos sujeitos interligados local e extralocalmente (DEMATTEIS, 1993, 1994 e 1995; GOVERNA, 2003) ou mediação para a *emancipação* política e defesa da *comunidade* e da solidariedade (CAPOCCHINI; PEROTTI, 2012).

A identidade, por este raciocínio, é um dos componentes fundamentais do lugar-território compreendido como *locus* de “potenciais produtores de novas identidades” (MAGNAGHI, 2003, p.13) no bojo do próprio processo de reprodução cultural, de relações mais simétricas e politicamente organizadas num movimento mais amplo de *territorialização das ações coletivas* (Governa, 2001 e 2003), conforme verificamos nas atividades concretizadas no CAPA-Verê e na APAV.

O território, nesta concepção, assume cada vez mais centralidade nos estudos voltados para o desenvolvimento local. Tudo indica que o mesmo acontecerá com o lugar e com a paisagem, valorizando-se as potencialidades endógenas. Ao que parece, os conflitos são cada vez mais territorializados em espaços dinâmicos e articulados em rede, porém, ao mesmo tempo, definem-se a partir da atuação dos sujeitos locais (GOVERNA, 2003). Quando há convergências entre pessoas diferentes, com diversos interesses, vontades e necessidades, articulando-se na *conflitualidade* (DEMATTEIS, 1985; FERNANDES, 2008; TURCO, 2010), substantiva-se uma *identidade territorial* para tentar construir o próprio futuro (GOVERNA, 2003; DEMATTEIS, GOVERNA e VINCI, 2003; SAQUET, 2007) a partir da sua *força* para nossa existência (MAGNAGHI, 2000). Este é um dos sentidos fundamentais da identidade, com o significado da mobilização e luta política numa prática de transformação do *status quo*. Reunir, discutir e convergir não significa necessariamente homogeneizar e harmonizar nem isolar. A convergência tem o sentido da identidade cultural-política-econômica-ambiental, da partilha e do debate, da mobilização e atuação conjunta com os sujeitos em meio às contradições e conflitos territoriais.

A identidade é também a matriz que enerva os mecanismos de participação política na perspectiva do desenvolvimento local, que direciona os êxitos às transformações compatíveis com a conservação e o desenvolvimento cultural do território. (VINCI, 2003, p.183; tradução livre).

Para tal, uma das premissas fundamentais é conhecer profundamente os lugares-territórios utilizando os conhecimentos dos seus habitantes combinados com outros técnicos e científicos, gerando relações qualificadas e duráveis, preservativas, no sentido da *coevolução* (MAGNAGHI, 2000; DEMATTEIS; FERLAINO, 2003) sociedade-natureza, recuperando sistematicamente os ambientes degradados. No entanto, o conhecimento não é suficiente. Também,

[..] não basta planejar e debater. ‘Projetar o lugar requer *consciência de lugar* e autogoverno’ (MAGNAGHI, 2009, p. 289). Para termos consciência, é necessário conhecermo-nos a fundo. Para o autogoverno, precisamos participar e cooperar. Isso requer uma concepção interpretativa multidimensional, histórica e relacional com um conteúdo político que possa subsidiar e orientar a construção democrática dos projetos conforme as necessidades e os anseios dos grupos e classes sociais em seus territórios-lugares. Não basta participar, é necessário governar-se com responsabilidade social e ambiental sem se descolar do mundo. (SAQUET, 2011a, p. 101).

Por isso é fundamental o conhecimento do cotidiano, dos seus múltiplos e complexos detalhes e, simultaneamente, a construção de um processo dialógico, participativo e cooperado de reorganização societal e territorial num território-lugar que se efetiva envolvendo relações, processos e significados econômicos, políticos, culturais e ambientais; redes e poder; conflitos e contradições; troca, concorrência e cooperação; batalhas e solidariedade; identidade e mudança, ou, sucintamente, com base na unidade que existe entre nossa sociabilidade-animalidade-espiritualidade (SAQUET, 2011a).

O cotidiano “é o habitar por excelência, riqueza e pobreza, banalidade e originalidade, potência e impotência ao mesmo tempo” (RAFFESTIN, 2003, p. 7; tradução livre); é um conjunto de *produtos* e de *obras*, trabalho e diversão, passividade e criatividade, vida e morte, paixão e ação, repetição e signos, contradição e luta, decisão e conflito, satisfação e insatisfação, ou seja, significa *interação dialética* (LEFEBVRE, 1991 [1968]); conjunto de atividades que caracterizam a reprodução dos homens vivendo em sociedade em meio à luta de classes, muitas vezes, sem clara

consciência da sua alienação, isto é, o cotidiano contém heterogeneidade e unidade, amor e ódio, simpatia e participação, náusea e veneração, trabalho e descanso, conflito e transformação, contradição e subordinação (HELLER, 1991 [1970]), processos que, em Saquet (1996 e 2002), sintetizamos a partir das conjugações produção-circulação, sociedade-natureza, miséria e riqueza, extorsão e subordinação, contradição e luta, desigualdade e fetichismo.

O cotidiano é substantivado por processos conflituosos, políticos, econômicos, ambientais e culturais que precisam ser identificados, representados, compreendidos, explicados e potencializados, juntamente com as iniciativas de tempo lento. A *temporalidade mais lenta* pode indicar uma alternativa de desenvolvimento com autonomia, sem a racionalidade das grandes iniciativas produtivas, preservando a cultura e a natureza (MARQUES, 2004; SAQUET, 2003 [2001]; QUAINI, 2011) num mundo mais justo (SANTOS, 1996; FERNANDES, 2004).

Isso requer uma práxis de pesquisa, ensino e extensão/cooperação de fato dialógica, cooperada, criativa e reflexiva, ao mesmo tempo intelectual e política, com nosso envolvimento direto nas discussões e na concretização dos projetos de desenvolvimento (GUSMÁN; MOLINA, 2005). A práxis precisa considerar o sentido de pertencimento a uma *classe social* e a um *lugar* (HARVEY, 1982; MAGNAGHI, 2000 e 2009; LUSSAULT, 2009; QUAINI, 2010) num movimento contrário à reprodução ampliada do capital e à degradação ambiental e em favor da autonomia decisória das famílias, do manejo ecológico na produção, da valorização do conhecimento do agricultor, da sua cultura historicamente construída etc., ou seja, num movimento de *resistência à mundialização* (LEVY, 2003), num processo decisório realizado com os sujeitos dos lugares e dos territórios (BRUNET, 2003; SAQUET, 2011a) que também produzem conhecimentos, técnicas, tecnologias, alimentos, cooperações, parcerias etc.. Esse processo exige que sejam criadas novas formas de democracia centradas no autogoverno das comunidades e em novos conhecimentos ambientais, técnicos e de governo, para cuidar do território de maneira sustentável (MAGNAGHI, 2000 e 2011; SAQUET, 2007). Isso passa, necessariamente, por uma concepção histórico-crítica, reticular/relacional e pluridimensional ou (i)material que reconheça efetivamente as relações sociedade-natureza, efetivada com a nossa participação direta e sistemática em processos de desenvolvimento local.

Acreditamos, portanto, num processo de *renovação da identidade*, que combine tradição e mudança a partir das referências de cada lugar-território, entendido como organização e luta política numa práxis de *governo da complexidade* e de transformação em favor da construção de relações mais simétricas, dialógicas, preservativas, participativas e cooperadas, criando espaços e fortalecendo os já existentes de *partilha territorial* e autonomia. “A humanidade será livre quando todo homem particular possa participar conscientemente na realização da essência do gênero humano e realizar os valores genéricos na sua própria vida, em todos os aspectos” (HELLER, 1991 [1970], p. 217).

Referências

AIReC – RETI CIVICHE: istruzioni per l’uso, Regione Lombardia e UNIMI, 1998.

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: princípios e estratégias para o desenho de sistemas agrícolas sustentáveis. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012 [2002]. p. 103-115.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

ARRIEL SAQUET, Adriano et al. **Agricultura ecológica e ensino superior: contribuições ao debate**. Francisco Beltrão, PR: Grafitec, 2005.

BAGNASCO, Arnaldo. **Tre Italie**. La problematica territoriale dello sviluppo italiano. Bologna: Il Mulino, 1977.

BAGNASCO, Arnaldo. Problematiche dello sviluppo e articolazione dell’analisi: un paradigma per l’analisi territoriale. In: BAGNASCO, A.; MESSORI, M. e TRIGILIA, C. (Org.). **Le problematiche dello sviluppo italiano**. Milão: Feltrinelli, 1978. p. 205-251.

BAGNASCO, Arnaldo. **Tracce di comunità**. Bologna: Il Mulino, 1999.

BRUNET, Roger. Per una critica ragionata e razionale della rappresentazione dei territori. In: DEMATTEIS, G. ; FERLAINO, F. (Org.). **Il mondo e i luoghi: geografie delle identità e del cambiamento**. Torino: IRES, SGI, 2003. p. 67-75.

CAMAGNI, Roberto. Strutture urbane gerarchiche e reticolare: verso una teorizzazione. In: CURTI, F. e DIAPPI, L. (Org.). **Gerarchie e reti di città: tendenze e politiche**. Milão: Franco Angeli, 1990.

CAMAGNI, Roberto. Le reti di città in Lombardia: introduzione e sintesi della ricerca. In: CAMAGNI, R. e DE BLASIO, G. (Org.). **Le reti di città. Teoria**, politiche e analisi nell'area padana. Milão: Franco Angeli, 1993. p. 21-52.

CAMAGNI, Roberto. Luoghi e reti nelle politiche di competitività territoriale. In: CAMAGNI, R. e CAPELLO, R. (Org.). **Strategie di competitività territoriale: il paradigma a rete**. Torino: SEAT, 1997. p.167-179.

CAMAGNI, Roberto e SALONE, Carlo. Elementi per una teorizzazione delle reti di città. In: CAMAGNI, R. e DE BLASIO, G. (Org.). **Le reti di città. Teoria**, politiche e analisi nell'area padana. Milão: Franco Angeli, 1993. p. 53-67.

CAMAGNI, Roberto e GIBELLI, M. Cristina. Reti di città e politiche urbane. In: CAMAGNI, R. e DE BLASIO, G. (Org.). **Le reti di città. Teoria**, politiche e analisi nell'area padana. Milão: Franco Angeli, 1993. p. 219-265.

CANDIOTTO, Luciano; CORRÊA, Walquíria. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 3, n. 5, p. 214-242, 2008.

CAPOCCHINI, Riccardo ; PEROTTI, Federico. **Con i piedi per terra**. Lavorare con le organizzazioni contadine nei progetti di cooperazione allo sviluppo. Milão: Franco Angeli, 2012.

CARLOS, Ana Fani. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

CARLOS, Ana Fani. O lugar: mundialização e fragmentação. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SCARLATO, F.; ARROYO, M. (Org.). **Fim de século e globalização**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1993. p. 303-309.

DANSERO, Egidio. Geografia e cooperazione allo sviluppo. Prospettive di ricerca. In: BIGNANTE, E.; DANSERO, E. ; SCARPOCCHI, C. (Org.). **Geografia e cooperazione allo sviluppo**. Temi e prospettive per un approccio territoriale. Milão: Franco Angeli, 2008. p. 9-26.

DANSERO, Egidio ; ZOBEL, B. Verso un dialogo tra comunità scientifica e comunità locale. In: **Promozione della sostenibilità nel Pinerolese** – un percorso di ricerca/azione territoriale. Turim: Euro Mountains, 2007. p. 135-141.

DEMATTEIS, Giuseppe. Alcuni relazioni tra l'ambito territoriale dei rapporti sociali e i caratteri della casa rurale, **Atti 19° Congresso Geografico Italiano**, Como, vol. III, 1964, p. 239-253.

DEMATTEIS, Giuseppe. "Rivoluzione quantitativa" e nuova geografia. **Laboratorio di Geografia Economica**, n. 5, Università degli Studi di Torino, Torino, 1970.

DEMATTEIS, Giuseppe. **Le metafore della terra**. La geografia umana tra mito e scienza. Milano: Feltrinelli, 1985.

DEMATTEIS, Giuseppe. Modelli urbani a rete. Considerazioni preliminari. In: CURTI, F. ; DIAPPI, L. (Org.). **Gerarchie e reti di città: tendenze e politiche**. Milão: Franco Angeli, 1990a.

DEMATTEIS, Giuseppe. Geo-grafie del globale/locale. **Linguistica e Letteratura**, XV, n.1-2, p. 37-56. 1990b.

DEMATTEIS, Giuseppe. “Geo-grafie”. In: GIAMMARCO, C. ; ISOLA, A. (Org.). **Disegnare le periferie - Il progetto del limite**. Roma: NIS, 1993. p. 239-247.

DEMATTEIS, Giuseppe. Possibilità e limiti dello sviluppo locale, **Sviluppo locale**, I, 1, Firenze, 1994, p. 10-30.

DEMATTEIS, Giuseppe. **Progetto implicito**. Il contributo della geografia umana alle scienze del territorio. Milano: Angeli, 1995.

DEMATTEIS, Giuseppe. Sul crocevia della territorialità urbana. In: DEMATTEIS, G. et al. (Org.). **I futuri della città – Tesi a confronto**. Milano: Angeli, 1999. p. 117-128.

DEMATTEIS, Giuseppe. Per una geografia della territorialità attiva e dei valori territoriali. In: BONORA, Paola. (Org.). **Slot, quaderno 1**. Bologna: Baskerville, 2001. p. 11-30.

DEMATTEIS, Giuseppe e FERLAINO, Fiorenzo. Introduzione. In: DEMATTEIS, G. e FERLAINO, F. (Org.). **Il mondo e i luoghi**. Turim: IRES, 2003, p. VII-XIX.

DEMATTEIS, Giuseppe e GOVERNA, Francesca. Ha ancora senso parlare di identità territoriale? **Atti dei Convegni Lincei**, 194 – Convegno internazionale: La nuova cultura delle città. Roma: Accademia Nazionale dei Lincei, 2003. p. 264-281.

DEMATTEIS, Giuseppe e GOVERNA, Francesca. Il territorio nello sviluppo locale. Il contributo del modelo Slot. In: DEMATTEIS, G. ; GOVERNA, F. (Org.). **Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello Slot**. Milano: Angeli, 2005. p. 15-38.

DEMATTEIS, Giuseppe; GOVERNA, Francesca ; VINCI, Ignazio. La territorializzazione delle politiche di sviluppo. Un’applicazione del modello Slot alla Sicilia, **Archivio di Studi Urbani e Regionali**, n. 77, 2003, p. 33-74.

FERNANDES, Bernardo. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

FERNANDES, Bernardo. Vinte anos de MST e a perspectiva da reforma agrária no Governo Lula. In: OLIVEIRA, A. e MARQUES, M. (Org.). **O campo no século XXI – território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p. 273-291.

FERNANDES, Bernardo. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. ; FABRINI, J. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-301.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011 [1974].

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011 [1996].

GAMBI, Lucio. La costruzione dei piani paesistici, **Rivista Urbanistica**, Roma, n. 85, 1986.

GIORDA, Cristiano. Conoscenza geografica e cittadinanza – um progetto per Il territorio. In: GIORDA, C. ; PUTTILLI, M. (Org.). **Educare al territorio, educare il territorio** - Geografia per la formazione. Roma: Carocci, 2011. p. 45-54.

GLIESSMAN, Stephen. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

GOVERNA, Francesca. Il territorio come soggetto collettivo? Comunità, attori, territorialità. In: BONORA, P. (Org.). **Slot, quaderno 1**. Bologna: Baskerville, 2001. p.31-46.

GOVERNA, Francesca. I sistemi locali territoriali fra cambiamento delle forme di territorialità e territorializzazione dell'azione collettiva. In: DEMATTEIS, G. ; FERLAINO, F. (Org.). **Il mondo e i luoghi: geografie delle identità e del cambiamento**. Torino: IRES/SGI, 2003. p. 143-150.

GOVERNA, Francesca. Sul ruolo attivo della territorialità. In: DEMATTEIS, G. e GOVERNA, F. (Org.). **Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modelo Slot**. Milano: Angeli, 2005. p. 39-67.

GUSMÁN, Eduardo e MOLINA, Manuel. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói, RJ: EdUFF, 1997.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas, **Espaço e Debates**, São Paulo, ano 2, n. 6, p.6-35, 1982.

HELLER, Ágnes. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona: Península, 1991 [1970].

INDOVINA, Francesco e CALABI, Donatella. Sull'uso capitalistico del territorio. In: LUSSO, G. (Org.). **Economia e territorio**. Milano: Angeli, 1974. p. 205-222.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. SP: Ática, 1991 [1968].

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal. Lógica dialética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995 [1969].

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Moraes, 1991.

LEVY, Jacques. Il ya a du monde ici. In: DEMATTEIS, G. ; FERLAINO, F. (Org.). **Il mondo e i luoghi:** geografie delle identità e del cambiamento. Torino: IRES, SGI, 2003. p. 59-63.

LUSSAULT, Michel. **De la lutte des classes à la lutte de places.** Paris: Grasset, 2009.

MAGNAGHI, Alberto. Il territorio nella crisi, **Quaderni del territorio**, anno 1, n.1. Milano: CELUC Libri, 1976. p.15-29.

MAGNAGHI, Alberto. Per una nuova carta urbanistica. In: MAGNAGHI, A. (Org.). **Il territorio dell'abitare.** Milano: Angeli, 1990. p.21-72.

MAGNAGHI, Alberto. Per uno sviluppo locale autosostenibile, **Materiali**, n. 1, Firenze, Centro A-Zeta, 1995.

MAGNAGHI, Alberto. **Il progetto locale.** Torino: Bollati Boringhieri, 2000.

MAGNAGHI, Alberto. La rappresentazione identitaria del patrimonio territoriale. In: DEMATTEIS, G. ; FERLAINO, F. (Org.). **Il mondo e i luoghi:** geografie delle identità e del cambiamento. Torino: IRES/SGI, 2003. p. 13-20.

MAGNAGHI, Alberto. Territorio: dal progetto implícito al progetto esplicito. In: **Le frontiere della Geografia.** Novara-Torino: UTET, 2009. p. 275-292.

MAGNAGHI, Alberto. Educare al territorio: conoscere, rappresentare, curare, governare. In: In: GIORDA, C. ; PUTTILLI, M. (Org.). **Educare al territorio, educare il territorio -** Geografia per la formazione. Roma: Carocci, 2011. p. 32-42.

MARAFON, Gláucio. Relações campo-cidade: uma leitura a partir do espaço rural fluminense. In: SAQUET, M.; SUZUKI, J.; MARAFON, G. (Org.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas.** São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 155-167.

MARQUES, Marta. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, A. e MARQUES, M. (Org.). **O campo no século XXI –** território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p. 145-158.

MARQUES, Marta. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, E. ; FABRINI, J. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.49-78.

MARTINS, José de S. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K. ; ENGELS, F. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. São Paulo: HUCITEC, 1991. p. 11-14.

MEDEIROS, Rosa Maria. Dilemas na conceituação do campo e do rural no Brasil. In: SAQUET, M.; SUZUKI, J.; MARAFON, G. (Org). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 59-65.

MEDIOLI, C. **Rapporto Reti Civiche**, Consorzio Venezia Ricerche, 1995.

OCCELLI, Sylvie; LANZA, Carla. **La città in rete** – Una ricognizione dalla dotazione delle infrastrutture telematiche nel sistema metropolitano di Torino e in Piemonte. Turim: IRES, 2002.

QUAINI, Massimo.. **Dopo la geografia**. Roma: L'Espresso Strumenti, 1978.

QUAINI, Massimo. L'elogio dei luoghi e la voglia di pre-moderno. Riflessioni in margine a un manuale curato da Alberto Magnaghi, **Rivista Geografica Italiana**, 111 (2004), p. 341-355.

QUAINI, Massimo. **L'ombra del paesaggio**. Orizzonti di un'utopia conviviale. Reggio Emilia: Diabasis, 2006.

QUAINI, Massimo. Dalla coscienza di classe alla “coscienza di luogo” ovvero “de la lutte des classes à la lutte des places”. Declinações del concepto de lugar e de paisagem. Treviso, **Fondazione Benetton**, 2010, p. 1-13.

QUAINI, Massimo. Geografia: pensamento impensado (Aos colegas e companheiros geógrafos do grande Brasil). In: SAQUET, M.; SUZUKI, J. ; MARAFON, G. (Org.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 15-25.

RAFFESTIN, Claude. Paysage et territorialité. **Cahiers de géographie du Québec**, v. 21, n. 53-54, p. 123-134, 1977.

RAFFESTIN, Claude. L'evoluzione storica della territorialità in Svizzera. In: RAFFESTIN, C.; RACINE, J. B.; RUFFY, V. (Org.). **Territorialità e paradigma centro-periferia**. La Svizzera e la Padana. Milano: Unicopli, 1978. p. 11-26.

RAFFESTIN, Claude. Territorializzazione, deterritorializzazione, riterritorializzazione e informazione. In: TURCO, A. (Org.). **Regione e regionalizzazione**. Milano: Angeli, 1984. p. 69-82.

RAFFESTIN, Claude. Punti di riferimento per una teoria della territorialità umana. In: COPETA, C. (Org.). **Esistere e dabitare**. Prospettive umanistiche nella geografia francofona. Milano: Angeli, 1986. p. 75-89.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993 [1980].

RAFFESTIN, Claude. Immagini e identità territoriali. In: DEMATTEIS, G. e FERLAINO, F. **Il mondo e i luoghi**: geografie delle identità e del cambiamento. Torino: IRES, 2003. p. 3-11.

RAFFESTIN, Claude. **Dalla nostalgia del territorio al desiderio di paesaggio**. Elementi per una teoria del paesaggio. Firenze: Alinea, 2005.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. ; SPOSITO, E. (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 17-35.

RECLUS, Elisee. **Nouvelle Géographie Universelle**. Paris: Hachette, 1876.

RULLANI, Enzo. Più locale e più globale: verso una economia postfordista del territorio. In: BRAMANTI, A. ; MAGGIONI, M. **La dinamica dei sistemi produttivi territoriali**: teorie, tecniche, politiche. Milano: Franco Angeli, 1997. p. 85-111.

RULLANI, Enzo. La città al tempo delle reti. In: **Le frontiere della Geografia**. Novara-Torino: UTET, 2009. p. 145-172.

RULLANI, Enzo; MICELLI, Stefano e DI MARIA, Eleonora. Tra città reale e città virtuale: il territorio nel postfordismo. In: RULLANI, E.; MICELLI, S. e DI MARIA, E. (Org.). **Città e cultura nell'economia delle reti**. Bologna: Mulino, 2000. p. 13-56.

SALVATORI, Franco. Il territorio come produttore di conoscenze. In: DEMATTEIS, G.; FERLAINO, F. (Org.). **Il mondo e i luoghi**: geografie delle identità e del cambiamento. Torino: IRES, SGI, 2003. p. 91.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e Emoção. SP: Hucitec, 1996.

SAQUET, Marcos. **A construção do espaço em Nova Palma/RS**. Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFSC, 1996.

SAQUET, Marcos. **Colonização italiana e agricultura familiar**. Porto Alegre: EST Edições, 2002 [1996].

SAQUET, Marcos. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre/RS: EST Edições, 2003 [2001].

SAQUET, Marcos. Entender a produção do espaço geográfico para compreender o território. In: SPOSITO, E. (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente/SP: FCT/UNESP/GAsPERR, 2005. p. 35-51.

SAQUET, Marcos. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste paranaense. In: SPOSITO, M. E. ; WHITACKER, A. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 157-186.

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M.; SPOSITO, E. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SAQUET, Marcos. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Expressões, 2011a.

SAQUET, Marcos. Contribuições teórico-metodológicas para uma abordagem territorial multidimensional em geografia agrária. In: SAQUET, M.; SUZUKI, J.; MARAFON, G. (Orgs). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2011b. p. 209-226.

SAQUET, Marcos. O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática, **Revista Resgate**, Campinas, v. 19, n. 21, p.5-15, 2011c.

SAQUET, Marcos; GAIOVICZ, Elaine; MEIRA, Suzana e SOUZA, Poliane. Agricultura familiar agroecológica como alternativa de inclusão social e desenvolvimento territorial em Itapejara d'Oeste, Salto do Lontra e Verê - Sudoeste do Paraná. In: SAQUET, M.; CANDIOTTO, L. e DANSERO, E. (Orgs.). *Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial: experiências brasileiras e italianas*. SP: Outras Expressões, 2012. p. 35-62.

SAQUET, Marcos et al. A agroecologia como estratégia de inclusão social e desenvolvimento territorial. In: SAQUET, M. e SANTOS, R. (Org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010a. p. 237-254.

SAQUET, Marcos et al. **Agroecologia e consumo consciente – ações que transformam**. Francisco Beltrão, PR: SETI/USF, 2010b.

SAQUET, Marcos; SOUZA, Poliane; SANTOS, Roseli. Agricultura familiar agroecológica em Itapejara d'Oeste (PR), **Revista ANPEGE**, cidade, v. 6, p.43-57, 2010.

SAQUET, Marcos ; SPOSITO, Eliseu. Território, territorialidade e desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: CANDIOTTO, L.;

ALVES, A.; CARRIJO, B. (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 15-31.

SAQUET, Marcos; DANSERO, Egidio ; CANDIOTTO, Luciano (Org.). **Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial: experiências brasileiras e italianas**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SAQUET, M.; SUZUKI, J.; MARAFON, G. (Org.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SERENI, Emilio. **Storia del paesaggio agrario italiano**. Roma-Bari: Laterza, 1979.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. ; FABRINI, J. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.

SPOSITO, Maria Encarnação. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E. ; WHITACKER, A. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 111-130.

SPOSITO, M. E.; WHITACKER, A. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

STORPER, Michael. Tecnologia, strategie aziendali e ordine territoriale. In: DEMATTEIS, G. ; FERLAINO, F. **Il mondo e i luoghi: geografie delle identità e del cambiamento**. Torino: IRES, 2003. p. 35-43.

THOMPSON, Edward. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

TURCO, Angelo. **Verso una teoria geografica della complessità**. Milano: Unicopli, 1988.

TURCO, Angelo. **Configurazioni della territorialità**. Milão: Franco Angeli, 2010.

TURRI, Eugenio. **La conoscenza del territorio**. Metodologia per un'analisi storico-geografica. Venezia: Marsilio, 2002.

VAZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da Praxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990 [1977].

VINCI, Ignazio. Sistemi culturali locali. In: DEMATTEIS, G. ; FERLAINO, F. (Org.). **Il mondo e i luoghi: geografie delle identità e del cambiamento**. Torino: IRES/SGI, 2003. p. 179-189.

WENGER, Etienne. **Communities of practice: learning, meaning and identity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.